

Luís Eduardo quer mudar regimento para apressar votação das reformas

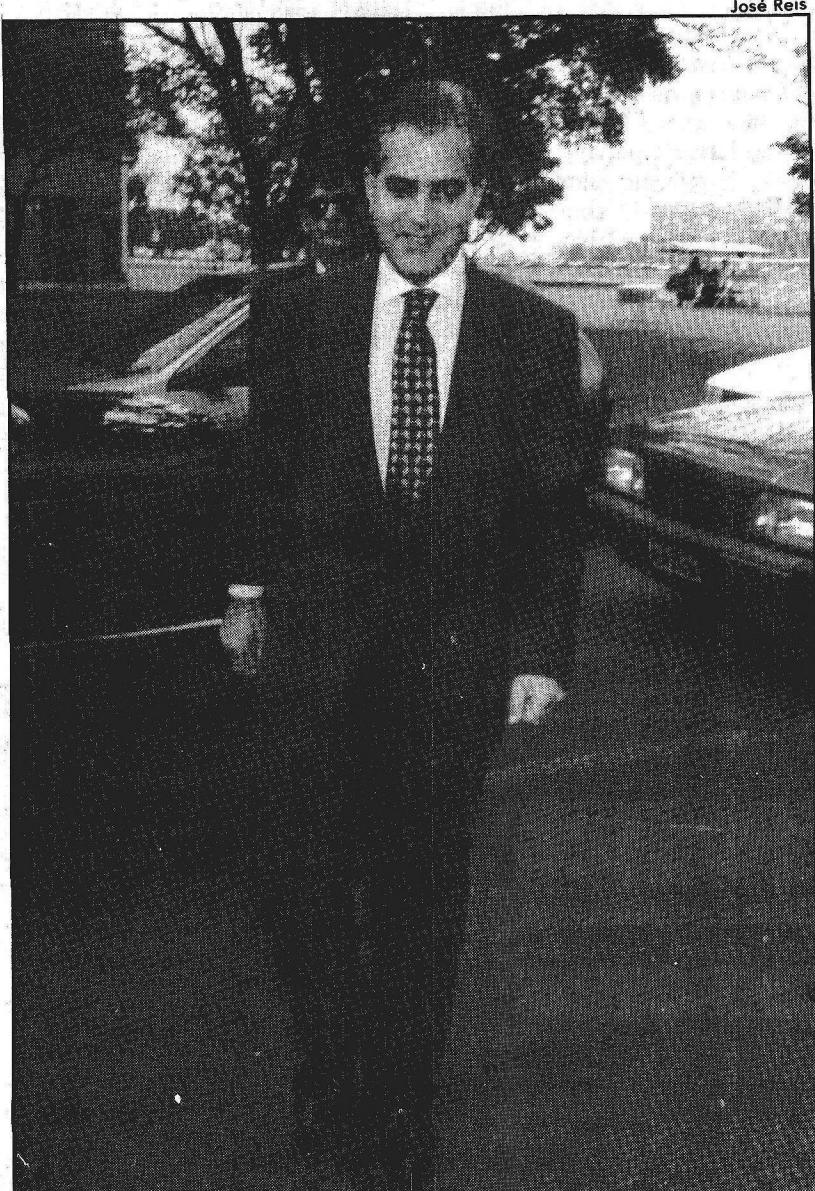
O presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, quer modificar o regimento do Congresso Nacional para tornar mais rápida a tramitação das reformas constitucionais. A mudança de regimento em estudo pelo presidente permitirá que a emenda constitucional modificada pelo Senado volte à Câmara para uma votação semelhante a de um projeto de lei. Ou seja, apenas os pontos modificados seriam discutidos e não toda a emenda novamente como acontece hoje.

Ontem, após conversar sobre as reformas com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, Luís Eduardo disse que não acredita na aprovação da prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE) por mais quatro anos como pede Malan. O Fundo, que desvincula a utilização de parte dos impostos, deveria acabar este ano.

Prazo — "A prorrogação será aprovada, mas o prazo ainda é motivo de discussão", explicou Luís Eduardo, acrescentando que "há uma forte tendência no Congresso para prorrogá-lo por apenas um ano". Segundo Luís Eduardo, a maioria dos congressistas raciocina que a prorrogação das reformas, em especial a administrativa e a previdenciária, será suficiente para a estabilização das contas públicas.

O presidente da Câmara disse que, apesar das resistências em relação ao prazo de prorrogação do FSE, há uma consciência entre os parlamentares de que a manutenção do Fundo é importante para garantir a estabilidade do Plano Real. O deputado afirmou, no entanto, que os parlamentares, inclusive ele, acreditam que, com as outras reformas votadas e aprovadas, a situação da economia irá se estabilizar por definitivo e o Fundo Social de Emergência não será mais necessário.

Luís Eduardo anunciou que terá uma reunião com os líderes dos partidos que apóiam o Governo, no início da próxima semana, para pedir apoio às medidas que objetivam apressar as votações das reformas.



José Reis

Luís Eduardo: "O FSE será prorrogado por no máximo dois anos"

Reação — O presidente da Câmara revelou também que pretende colocar em votação no plenário, ainda em outubro, o projeto que altera o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a emenda propondo a prorrogação do FSE. "Vamos botar para votar", afirmou Luís Eduardo.

O deputado previu que no mês de novembro deverá entrar em votação no plenário a emenda que estabelece a reforma da Previdência Social. No entanto, ele preferiu não prever quando estará em plenário a emenda da reforma administrativa,

que ainda enfrenta resistências na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O cronograma anunciado por Luís Eduardo pode marcar uma retomada do ritmo das reformas. Depois de um primeiro semestre marcado pela rapidez das votações das emendas que defendiam a abertura da economia, a Câmara e o Senado praticamente entraram em compasso de espera. De acordo com o líder do PMDB, Michel Temer (SP), a lentidão pode ser parcialmente explicada pela mudança dos temas em pauta.